Mulheres Trans no Cenário Político, Focando em Protocolo, Conduta Parlamentar e Cuidados - Tales Livramento Anjos

Segundo o monitoramento realizado pelo *Trans Murder Monitoring* (TMM), o Brasil segue em seu 16º ano consecutivo como o país que mais mata pessoas trans no mundo, com um total de 145 assassinatos ao decorrer do ano, sendo cerca de 12 a cada mês.

A falta de estrutura social, leis que realmente tenham impacto e que se façam eficientes dentro deste panorama é algo preocupante em nossa sociedade. Essa violência evidencia a carência das políticas públicas e reforça a necessidade de se repensar o papel de pessoas trans na sociedade especialmente em posições de poder.

A eleição de Erika Hilton (PSOL) em São Paulo e Duda Salabert (PDT) em Minas Gerais como primeiras deputadas federais trans brasileiras, marca a crescente mas ainda escassa representatividade de mulheres trans em cargos políticos no Brasil. A presença dessa população dentro de cargos públicos é crucial para aumentar o debate sobre temáticas como diversidade, igualdade de gênero e direitos humanos.

A inserção de mulheres transgêneros dentro dos parlamentos brasileiros vai além de um avanço simbólico e de representatividade, é um esforço constante pela sobrevivência e pela dignidade, este movimento de luta por direito de pessoas trans marca as vitórias que trouxeram em nossa sociedade.

Como menciona Thereza Maria, "A presença de pessoas trans na política brasileira atua de mesmo modo que a de pessoas negras, indígenas e mulheres cis, que podem falar sobre suas realidades e promover, antes de tudo, 'consciência'. A importância é criar e acender um equilíbrio numa população onde mais se mata, e ao mesmo tempo, consome corpos trans."

Essa representatividade dentro de lugares que ainda são ocupados majoritariamente por homens cisgêneros e brancos, permite que vozes historicamente silenciadas tragam à superfície questões que até então permaneciam ocultas na sociedade.

"Acredito que pessoas trans, quando fazem esse caminho político e usam suas vozes, têm coisas transformadoras a dizer sobre lados e facetas da sociedade que estão fundamentadas no oculto", acrescenta Thereza Maria. A presença de mulheres trans como Erika Hilton e Duda Salabert no parlamento expõe esse lado, as deputadas retratam a urgência de um debate mais

amplo em nossa sociedade sobre inclusão social e criação de políticas públicas que dignifiquem essa população que luta constantemente por espaço e pelo direito de vida.

Barreiras e Lutas da População Trans nas Instituições públicas e na Sociedade

Diante de um cenário marcado por preconceito e violência, tanto dentro quanto fora das câmaras parlamentares, como instituições governamentais podem adotar medidas eficazes para proteger e valorizar essas vozes que por muitos anos vêm sendo marginalizadas dentro do âmbito político?

Essa questão vai muito além da presença de parlamentares trans e LGBTQIA+ trata-se de promover mudanças estruturais e implementar medidas que garantam segurança, respeito e igualdade para todos os membros do poder legislativo, independentemente de sua identidade de gênero.

Apesar de serem grandes figuras públicas e políticas, Erika Hilton e Duda Salabert não estão isentas de sofrerem constantes ataques transfóbicos, o que evidencia a necessidade de maior proteção para com figuras políticas LGBTQIA+. Um exemplo recente disso ocorreu no final de 2023 com a deputada Erika Hilton, quando em meio a um debate na Comissão de Previdência, Assistência Social, Infância, Adolescência e Família da Câmara, sobre um projeto de lei que busca proibir o casamento entre pessoas do mesmo sexo, o deputado Sargento Isidório referiu-se a Érika como “amigo” de forma que pudesse ofende-lá.

Ao perceberem o ocorrido, as deputadas que estavam presentes no local defenderam a deputada destacando que ela é uma mulher e deveria ser tratada como tal. Fatos como esse fazem ser notável a falta de leis institucionalizadas que visem assegurar sua segurança enquanto atuam dentro das camadas parlamentares, e evidenciam o preconceito que permeia dentro e fora das instituições públicas brasileiras.

Como pontua Lucas Miguel, “A conduta de todos os políticos deveria ser de respeito, mas ainda é possível observar que alguns opositores utilizam o gênero de parlamentares trans para fazer ataques pessoais e desmerecer seu trabalho. Esse tipo de atitude precisa ser punida severamente, tendo em vista que a discriminação da identidade de gênero é crime equiparável ao racismo."

Mesmo com inúmeros outros obstáculos, ambas continuam sua luta em um cenário de grande desafio em questões como a inclusão de pessoas trans no mercado de trabalho, mercado esse que muitas vezes obriga mulheres trans a recorrerem a prostituição para que possam sobreviver, além do acesso a saúde, como cirurgias de redesignação sexual. Atualmente, a espera para cirurgias como a mastectomia, por exemplo, gira em torno de oito anos. O tempo excessivo, em conjunto ao desrespeito constante dentro do sistema de saúde, onde pessoas trans são frequentemente chamadas por seu "nome morto", reforça o abandono e a marginalização dessa população pelo estado. Esses problemas são uma realidade que desafiam direitos que são garantidos pela constituição brasileira.

Lucas Miguel destaca que "A visibilidade trans, especialmente de pessoas trans politizadas e atuando na política, é um agente transformador muito poderoso. São vozes que estão ganhando mais espaço e mais projeção, e desmistificam o que é ser trans, e onde uma pessoa trans é capaz de chegar."

Além das transformações dentro do cenário político, essas lideranças ajudam a educar a sociedade sobre identidades de gênero e as complexas realidades vividas pela população trans, é possível ver essa mudança ocorrer à medida que mais pessoas trans ganham espaço em diferentes setores da sociedade e principalmente, na política.

Para que essas transformações se concretizem, é necessário um esforço contínuo de conscientização e educação, partindo desde ambientes públicos como escolas e ambientes privados como as grandes empresas.

"É preciso mexer nas estruturas, principalmente as educacionais, para garantir que crianças trans sejam acolhidas desde cedo, sem serem forçadas a viver em uma identidade que não as representa", argumenta Thereza Maria. A educação é uma ferramenta essencial para a conscientização de toda uma sociedade que por muito tempo, negou a existência e direitos de pessoas trans.

Erika Hilton e Duda Salabert são apenas o começo de um movimento que busca conceber um papel social de liberdade, direito e respeito para pessoas trans. Com essa crescente participação de uma população marginalizada dentro dos parlamentos, vemos que essas vozes em ascensão contribuem para uma sociedade mais igualitária e inclusiva.